

O paradoxo cooperativista gaúcho: a desarticulação no estado pioneiro brasileiro

The gaúcho Cooperative paradox: the disarticulation in Brazilian pioneering state

El paradoja cooperativista gaúcho: la desarticulación en el estado pioneiro brasileño

Taís Reischerfer¹
Larissa Ferreira Tavares²

Recebido em 01/10/2025. Aprovado em 31/10/2025. Publicado em 18/12/2025.

Resumo: O presente artigo examina a dinâmica contemporânea do cooperativismo no Rio Grande do Sul, estado reconhecido pelo seu pioneirismo histórico. Utilizando-se de uma abordagem predominantemente qualitativa, com análise de dados do Sistema OCERGS/SESCOOP e análise territorial, o estudo tem como objetivo analisar o panorama atual do cooperativismo no Rio Grande do Sul, identificando suas principais fragilidades e potencialidades para o seu fortalecimento e desenvolvimento. A pesquisa é predominantemente qualitativa e os dados presentes na pesquisa foram coletados de forma secundária e tratados mediante análise de conteúdo (Bardin, 2016). Os resultados revelam um paradoxo no cooperativismo sulriograndense: enquanto o número de organizações cooperativas cai, outros dados de impacto agregado seguem crescendo exponencialmente. Esse fenômeno desperta uma dualidade: por um lado pode-se ter cooperativas se consolidando e tendo maiores retornos, porém também levanta-se uma preocupação com o risco do desvirtuamento das cooperativas e implementação da lógica mercantil. Para, além disso, tem-se na distribuição territorial das cooperativas gaúchas uma disparidade: enquanto fortemente presente em poucas regiões, o cooperativismo estadual tem dificuldades em se articular em várias regiões do estado. Conclui-se que se torna necessário um olhar mais atento às demandas sociais do movimento, fundamental para a perenidade do cooperativismo.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Rio Grande do Sul. Identidade Cooperativa. Desvirtuamento Ideológico. Território.

Abstract: This article examines the contemporary dynamics of cooperativism in Rio Grande do Sul, a state recognized for its historical pioneering role. Using a predominantly qualitative approach, with data analysis from the OCERGS/SESCOOP System and territorial analysis, the study aims to analyze the current landscape of cooperativism in Rio Grande do Sul, identifying its main weaknesses and potential for strengthening and development. The research is predominantly qualitative, and the data presented in the study were collected secondary and processed through content analysis (Bardin, 2016). The results reveal a paradox in cooperativism in Rio Grande do Sul: while the number of cooperative organizations declines, other data with aggregate impact continues to grow exponentially. This phenomenon raises a duality: on the one hand, cooperatives can consolidate and achieve greater returns, but it also raises concerns about the risk of their distortion and the implementation of a mercantile logic. Furthermore, there is a disparity in the territorial distribution of cooperatives in Rio Grande do Sul. While strongly present in a few regions, state-level cooperatives struggle to establish themselves in several regions. The conclusion is that a closer look at the social demands of the movement is essential for the sustainability of cooperatives.

Keywords: Cooperativism. Rio Grande do Sul. Cooperative Identity. Ideological Distortion. Territory.

Resumen: Este artículo examina la dinámica contemporánea del cooperativismo en Rio Grande do Sul, estado reconocido por su rol pionero histórico. Mediante un enfoque predominantemente cualitativo, con análisis de datos del Sistema OCERGS/SESCOOP y análisis territorial, el estudio busca analizar el panorama actual del cooperativismo en Rio Grande do Sul, identificando sus principales debilidades y potencial de fortalecimiento y

¹ Tecnóloga em Gestão de Cooperativas (FURG). Mestranda - PPG em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (UFPEL). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4136-9700>. E-mail: tais.reischerfer@ufpel.edu.br - ruivareischerfer0303@gmail.com

² Doutora em Administração (UFSC). Professora Adjunta Centro de Ciências Socio-organizacionais – UFPEL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4962-9833>. E-mail: larissaftavareres@gmail.com

desarrollo. La investigación es predominantemente cualitativa, y los datos presentados en el estudio fueron recopilados de forma secundaria y procesados mediante análisis de contenido (Bardin, 2016). Los resultados revelan una paradoja en el cooperativismo en Rio Grande do Sul: mientras el número de organizaciones cooperativas disminuye, otros datos con impacto agregado continúan creciendo exponencialmente. Este fenómeno plantea una dualidad: por un lado, las cooperativas pueden consolidarse y obtener mayores ganancias, pero también genera preocupación por el riesgo de su distorsión y la implementación de una lógica mercantil. Además, existe una disparidad en la distribución territorial de las cooperativas en Rio Grande do Sul. Si bien están fuertemente presentes en unas pocas regiones, las cooperativas estatales tienen dificultades para establecerse en varias regiones. La conclusión es que una mirada más cercana a las demandas sociales del movimiento es esencial para la sostenibilidad de las cooperativas.

Palabras clave: Cooperativismo. Rio Grande del Sur. Identidad Cooperativa. Desvirtuación Ideológica. Territorio.

1 Introdução

As primeiras manifestações cooperativas restringiam-se a ações e interações entre indivíduos e grupos que buscavam objetivos compartilhados. Conforme Frantz (2001), o termo cooperação, utilizado tanto para definir ações/relações entre indivíduos, ou ainda como organização institucional, é entendido pelo autor como uma ação “consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vista a um determinado fim” (Frantz, 2001, p. 242).

A prática da cooperação, fundamental para a vida em sociedade e organização coletiva, manifesta-se de diversas maneiras ao longo da história: desde interações individuais até estruturas institucionais como, por exemplo, as cooperativas (Foschiera e Nunes, 2017). A partir de tais práticas que, ao longo do tempo ficaram mais sofisticadas, as organizações cooperativas tomam forma e começam a ter grande influência no desenvolvimento socioeconômico de muitos países.

Tal modelo de organização e gestão oferece uma alternativa com foco na solidariedade e no bem estar coletivo opondo-se à competitividade exacerbada (Reisderfer, Menezes e Becker, 2024). Para Pinho (1966) cooperativismo define-se como uma doutrina econômica e social que tem como objetivo central a correção do social pelo econômico, através da ajuda mútua. Dessa forma, as cooperativas, enquanto instituições responsáveis por promover o desenvolvimento local e dinamizadoras de um modelo econômico com forte componente social, desempenham um papel crucial na manutenção da vitalidade do meio rural e no desenvolvimento socioeconômico.

O estado do Rio Grande do Sul sofreu grande influência das cooperativas. Considerado o berço do cooperativismo, foi no estado, na cidade de Nova Petrópolis, no ano de 1902, que a primeira cooperativa de crédito da América Latina foi fundada sob a liderança do padre suíço Teodor Amstad, precursor do cooperativismo de crédito no Brasil.

No ano de 2021, conforme o SEBRAE, (2025)³ as cooperativas registraram o número de 5.791 carteiras assinadas, atingindo assim, a marca de 74.094 empregos diretos. Os postos de trabalho nas cooperativas do Rio Grande do Sul foram 8,5% maior que a média de crescimento de empregos no Estado.

No ano de 2024, conforme o jornal GZH⁴, o Sistema Ocergs, (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul)

“somou 4,2 milhões de cooperados e associados, representando um crescimento de 7% em relação ao ano anterior. Ainda no ano passado, a receita do setor foi de R\$ 93,2 bilhões e o cooperativismo gaúcho empregou 78,5 mil pessoas. Já as sobras - como são chamados os saldos financeiros positivos das cooperativas que podem ser divididas entre os cooperados ou reinvestidos - apresentaram crescimento de 10,96%, chegando a R\$ 5 bilhões” (GZH, 2025).

Apesar do protagonismo desse modelo de organização na região, o cooperativismo enfrenta desafios que comprometem seu avanço. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar o panorama atual do cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul, identificando suas principais fragilidades e potencialidades para o seu fortalecimento e desenvolvimento. Para isso, será apresentado o conceito e história do cooperativismo, analisando, a partir de uma pesquisa predominantemente qualitativa, os dados coletados de forma secundária e tratados mediante análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Ao refletir sobre as cooperativas no estado do Rio Grande do Sul e sua posição de destaque como instrumento de geração de emprego e fortalecimento da economia, é preciso mencionar a escassez de estudos em relação a esse tipo de gestão e organização. Dessa forma, tal estudo se justifica para tentar contribuir com a discussão do papel das cooperativas no estado do Rio Grande do Sul oferecendo um panorama que possa mostrar e subsidiar estudos, estratégias e ações que identificam potencialidades ou vulnerabilidades, ampliando assim, o debate acadêmico que se debruça sobre as particularidades desse modelo organizacional e reflete sobre suas implicações para o desenvolvimento econômico e social no estado do Rio Grande do Sul.

³Matéria intitulada “A força do cooperativismo no Rio Grande do Sul”. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-forca-do-cooperativismo-no-rio-grande-do-sul_f00cfeeb5d684810VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso: 30/09/2025

⁴Matéria intitulada “Cooperativismo cresce no RS em 2024 e movimentou R\$ 93,2 bilhões”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/conteudo-de-marca/2025/07/cooperativismo-segue-em-crescimento-no-rs-cmcns31dw01wo016r3lcrrek.html>. Acesso: 30/09/2025

Do ponto de vista prático, almeja-se sensibilizar a sociedade para o papel fundamental das cooperativas no fortalecimento de formas de gestão mais solidárias e nos impactos de longo prazo que essas práticas podem gerar no desenvolvimento do estado.

2 Desenvolvimento

A cooperação constitui um fenômeno intrinsecamente ligado à existência social humana, manifestando-se desde as civilizações mais antigas e pré-históricas como um meio pelo qual indivíduos se uniam para alcançar objetivos comuns (Hendges e Schneider, 2006). Essa propensão humana à união com outros atores sociais, visando um propósito coletivo, reflete a natureza fundamentalmente social do ser humano. Ao longo da história, diversas formas de associação, consideradas pré-cooperativas, exemplificaram essa busca por mutualismo e apoio. Entre os exemplos notáveis, destacam-se os ágapes dos primeiros cristãos e as sociedades de pequenos artesãos, como as "tiasas e orglonas" na Grécia e os "collegia" e "sodalitia" em Roma, que estabeleceram mecanismos de seguro e serviços funerários (Hendges e Schneider, 2006, p. 34)

A transição para as modernas Organizações Cooperativas foi substancialmente impulsionada pelas condições sociais e econômicas do século XVIII, notadamente em decorrência das profundas transformações e precariedades impostas pela Revolução Industrial. O proletariado industrial era submetido a um regime de exploração severa, caracterizado por excessivas jornadas de trabalho (de 14 a 16 horas diárias), salários insuficientes para subsistência ("salários de fome") e total ausência de amparo legal e previdenciário. Além disso, a vida em vilas operárias desassistidas pelo poder público e a exploração por comerciantes locais, que manipulavam pesos, medidas e a qualidade das mercadorias, exacerbavam a situação de vulnerabilidade dessa classe, em grande parte analfabeta (Hendges e Schneider, 2006).

A maximização da lucratividade, objetivo primordial dos proprietários dos meios de produção, era alcançada mediante a submissão dos trabalhadores a condições degradantes e a adoção de tecnologias produtivas que, ao agilizarem os processos e reduzirem a necessidade de mão de obra, promoviam a segregação da produção e o descarte das qualidades criativas dos trabalhadores. Nesse contexto de desumanização e crescente desemprego, surgiram iniciativas alternativas de produção que contrapunham a lógica exclusiva do capital e priorizavam o indivíduo, fomentando novas dinâmicas laborais baseadas no respeito e igualdade (Calgaro, 2016).

O marco definitivo na história do movimento cooperativista ocorreu em 1844 com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Em um cenário de desemprego exacerbado e baixas remunerações, 28 tecelões reuniram-se no bairro de Rochdale, em Manchester, Inglaterra, com o intuito inicial de realizar a compra conjunta de produtos de primeira necessidade, como alimentos. Essa iniciativa é universalmente reconhecida como a primeira cooperativa da história (Nunes e Foschiera, 2017). A Sociedade de Rochdale não apenas representou uma alternativa econômica, mas também estabeleceu um novo modelo de sociedade e um ponto de inflexão nas relações entre empregado e empregador. Conforme assinala Cenzi (2012), com o surgimento efetivo dessa sociedade, consolidou-se um novo modelo híbrido em relação aos regimes econômicos vigentes, cujos princípios fundamentais estabelecidos persistem e influenciam o cooperativismo contemporâneo.

Assim como a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale, muitas outras organizações com os mesmos fins focaram no aumento da qualidade de vida de trabalhadores, de seus associados, buscando colocar a solidariedade acima do capital. Como coloca Singer (2001, p. 05), “no capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade”. Uma cooperativa, que se caracteriza como um empreendimento de base solidária tem uma forte ligação com os princípios do cooperativismo, que foram primordialmente traçados pela ACI no congresso de Viena em 1966, e modificados, pela mesma em Manchester em 1995, de acordo com Neto (2011), princípios estes transpostos no quadro 01.

Quadro 01 - Os 07 Princípios do Cooperativismo

Adesão livre e voluntária	A cooperativa é aberta a todas as pessoas que desejarem participar, sem discriminação de gênero, raça, posição social, política ou religiosa. Ninguém pode ser coagido ou forçado a ser sócio de uma organização cooperativa.
Controle democrático pelos sócios	Todos os cooperados participam das decisões, com direito a voto igualitário: um sócio, um voto, independentemente do capital investido.
Participação econômica dos sócios	Os sócios contribuem com o capital e decidem coletivamente seu uso. As sobras podem ser reinvestidas na cooperativa, distribuídas entre os cooperados conforme sua participação ou destinadas a fundos de interesse coletivo.
Autonomia e independência	A cooperativa é uma organização autônoma e autogerida. Mesmo quando faz parcerias externas, preserva sua identidade e o controle democrático pelos seus membros.

Educação, formação e informação	As cooperativas têm o compromisso de formar e capacitar sócios, dirigentes e trabalhadores, além de informar a sociedade sobre a importância do cooperativismo. Princípio fundamental para a perenidade das organizações cooperativas.
Intercooperação	O fortalecimento do movimento se dá pela união e parceria entre cooperativas locais, regionais, nacionais e internacionais.
Interesse pela comunidade	As cooperativas atuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas, promovendo qualidade de vida, inclusão social e respeito ao meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Neto (2011).

Geograficamente, a manifestação inicial das cooperativas no Brasil concentrou-se na faixa litorânea, estendendo-se do Sul ao Nordeste do país. Essa distribuição inicial é atribuída, em grande parte, ao fluxo imigratório daquele período (Cenzi, 2012). O grande impulso legal e estrutural para o cooperativismo brasileiro, contudo, ocorreu por volta de 1932, com a promulgação da primeira lei básica do setor: o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932 (Cenzi, 2012). Mais tarde, durante a Era Vargas, as novas premissas estruturais e legais estimularam significativamente a fundação de cooperativas, especialmente as formadas por colonos e pequenos produtores rurais, com maior concentração nos estados do Sul do Brasil, notadamente no Rio Grande do Sul (Neto, 2011).

No contexto brasileiro, as cooperativas desempenham um papel crucial em diversos setores, impulsionando a economia e fomentando a inclusão social de maneira singular (OCB, 2023). A organização dessas cooperativas em ramos de atuação específicos otimiza a gestão e a especialização, permitindo atendimento mais eficaz às necessidades dos cooperados e do mercado.

No Brasil, as cooperativas são agrupadas em diferentes ramos, cada um representando uma área específica de atuação. Essa divisão facilita a representação institucional e a promoção de políticas públicas voltadas para as necessidades de cada setor. A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) é a entidade responsável por coordenar e representar o movimento cooperativista no país. Em 2020, o Sistema OCB reestruturou os ramos do cooperativismo brasileiro, reduzindo de 13 para 7 categorias principais. Essa mudança visou simplificar a organização e fortalecer a representatividade das cooperativas junto aos órgãos governamentais e à sociedade em geral.

Figura 01 - Os 07 Ramos do Cooperativismo

RAMOS	 AGROPECUÁRIO	 CONSUMO	 CRÉDITO	 INFRAESTRUTURA	 TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	 SAÚDE	 TRANSPORTE
NOVIDADES	Composto por: AGROPECUÁRIO + Cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural	Composto por: CONSUMO + TURISMO E LAZER (consumidores) + EDUCACIONAL (país)	Sem alterações	Composto por: INFRAESTRUTURA + HABITACIONAL	Composto por: TRABALHO + PRODUÇÃO + MINERAL + TURISMO E LAZER (profissionais) + ESPECIAL + EDUCACIONAL (professores)	Composto por: MÉDICOS + ODONTÓLOGOS + DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Composto por: TRANSPORTE DE CARGAS + TRANSPORTE DE PASSAGEIROS + TRANSPORTE TURÍSTICO

Fonte: Sistema OCB (2020).

Os ramos do cooperativismo representam uma categorização das sociedades cooperativas com base na natureza de suas atividades e nos interesses comuns de seus associados. Essa segmentação é essencial para a organização, representação e desenvolvimento de políticas específicas para cada setor dentro do sistema cooperativista.

Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2022), o Rio Grande do Sul desempenha um papel proeminente e pioneiro na história do cooperativismo nacional, especialmente no ramo de crédito. A conjuntura histórica gaúcha foi profundamente influenciada pelo trabalho do padre jesuíta suíço Theodor Amstad, que é reconhecido como o precursor do cooperativismo de crédito no Brasil.

Em 1902, Amstad liderou a organização da primeira cooperativa de crédito rural do Brasil, na Linha Imperial, que hoje faz parte do município de Nova Petrópolis - RS (Claro, 2014). A cooperativa foi inicialmente batizada de "Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos Amstad", passando posteriormente a ser conhecida como "Caixa Rural de Nova Petrópolis". Atualmente, ela opera como "Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira RS" (Lopes e Weyh, 2021), consolidando-se como uma das maiores do país, sendo referência no segmento não só nacionalmente, mas também internacionalmente.

O pioneirismo gaúcho no cooperativismo, embora fortemente associado à fundação da primeira cooperativa de crédito rural da América Latina pelo Padre Theodor Amstad em 1902,

estendeu-se para além do ramo financeiro, consolidando-se em setores vitais para a economia do estado e do país.

A partir de 1906, começam a surgir as cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, impulsionadas pelos produtores rurais e pelos imigrantes, que buscavam soluções coletivas para a compra de insumos, o armazenamento, a industrialização e a comercialização de sua produção (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024). O modelo cooperativo de produção rural ganhou força e adaptabilidade, especialmente com a influência estatal no setor agrícola a partir da década de 1930, que transformou o cooperativismo em um instrumento de desenvolvimento.

O Rio Grande do Sul se destacou historicamente na organização produtiva, sendo o estado com maior participação de estabelecimentos com produtor rural associado à cooperativa no Brasil em 2017 (39% contra 11% da média nacional), especialmente no setor de grãos como milho, soja, arroz e trigo, onde as cooperativas chegam a comercializar mais de 30% da produção estadual (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024). Essa organização resultou na criação de grandes sistemas e federações, como a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAGRO/RS), formada a partir da fusão de federações de cooperativas produtoras de trigo, arroz e lã, demonstrando capacidade de agregação e representação do setor gaúcho.

Embora o cooperativismo no Rio Grande do Sul se destaque por seu pioneirismo histórico e sua atual solidez econômica, é fundamental reconhecer que as fragilidades do movimento não se limitam apenas a choques externos, como as crises climáticas ou econômicas. Existem questões de ordem interna e de confiança que representam desafios estruturais para a identidade e a sustentabilidade do modelo.

3 Metodologia

O presente estudo, intitulado “*O paradoxo cooperativista gaúcho: a desarticulação no estado pioneiro brasileiro*” foi desenvolvido a partir de uma abordagem predominantemente qualitativa. O delineamento metodológico buscou contemplar tanto a análise de dados secundários, provenientes de bases consolidadas, quanto a interpretação crítica do fenômeno investigado, com base em referenciais teóricos sobre cooperativismo e metodologias de pesquisa.

As informações utilizadas foram obtidas a partir de diferentes fontes, considerando-se, entretanto, algumas limitações estruturais na disponibilidade de dados sobre o cooperativismo. A fonte principal utilizada foi o *Anuário do Cooperativismo Gaúcho*, publicado pelo Sistema

OCERGS/SESCOOP, que reúne os dados mais atualizados e consolidados das cooperativas associadas ao sistema. Ressalta-se que os dados apresentados não abrangem todas as cooperativas existentes no estado, mas apenas aquelas vinculadas ao referido sistema.

Para além do referido anuário foram utilizadas fontes complementares como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente para dados socioeconômicos e demográficos; Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), para informações territoriais e regionais; e artigos acadêmicos, livros e documentos públicos do Estado do Rio Grande do Sul, empregados principalmente para análise histórica e contextual.

A principal dificuldade enfrentada neste estudo refere-se à ausência de uma base de dados integrada que contemple todas as cooperativas gaúchas. Além disso, não há acompanhamento estatístico de longo prazo disponível, o que limita a possibilidade de análises históricas comparativas de natureza quantitativa. Diante dessa lacuna, a trajetória histórica do cooperativismo foi analisada por meio de artigos, livros e outros registros bibliográficos, enquanto os dados numéricos foram trabalhados a partir do recorte temporal de 2019 a 2024, período para o qual existem estatísticas sistematizadas.

A coleta dos dados seguiu os princípios da pesquisa documental e bibliográfica, conforme orientam Marconi e Lakatos (2017), e foi estruturada em duas etapas:

- organização dos dados em planilhas no software Microsoft Excel, permitindo a construção de tabelas e gráficos descritivos;
- elaboração de um mapa de calor no QGIS, de modo a evidenciar a distribuição geográfica e a articulação regional do cooperativismo no Rio Grande do Sul.

Além das fontes acadêmicas e documentais, o estudo também incorporou reportagens e entrevistas já publicadas em jornais e veículos de comunicação como materiais complementares de análise. As reportagens, extraídas de mídias regionais e nacionais, contribuíram para contextualizar os dados mais recentes e captar a percepção pública sobre o cooperativismo gaúcho. As entrevistas de terceiros, disponibilizadas em notícias e matérias jornalísticas, de caráter exploratório, permitiram acessar interpretações, desafios e perspectivas apresentadas por atores ligados ao setor. Esses materiais, foram tratados a partir de uma análise qualitativa, a partir de Bardin (2016) e Minayo (2001), reforçando a dimensão interpretativa do estudo.

A análise qualitativa seguiu os pressupostos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), possibilitando a sistematização e interpretação das informações extraídas de livros, artigos

e documentos oficiais. Nesse processo, a pesquisa qualitativa foi orientada pelas contribuições de Minayo (2001), que ressalta a importância da dimensão histórica e interpretativa para a compreensão de fenômenos sociais complexos, como é o caso do cooperativismo. Além disso, o estudo ainda trouxe indicadores referentes ao número de cooperativas, setores de atuação, geração de empregos, faturamento e distribuição regional, tomando como recorte temporal o período de 2019 a 2024, dado que corresponde à disponibilidade de estatísticas sistematizadas. O cooperativismo gaúcho foi tratado como um estudo de caso, nos termos de Yin (2001), permitindo aprofundar o exame de um fenômeno específico em seu contexto real, a partir da integração entre dados numéricos recentes e reflexões históricas extraídas da literatura especializada.

4 Análise dos Resultados

A recente crise enfrentada por grandes cooperativas agroindustriais do Rio Grande do Sul (Languiru e Piá) suscitou um debate crucial sobre a viabilidade e a adequação do modelo cooperativista frente aos desafios econômicos contemporâneos. A situação levanta a questão se o sistema cooperativo estaria em um estado de crise estrutural.

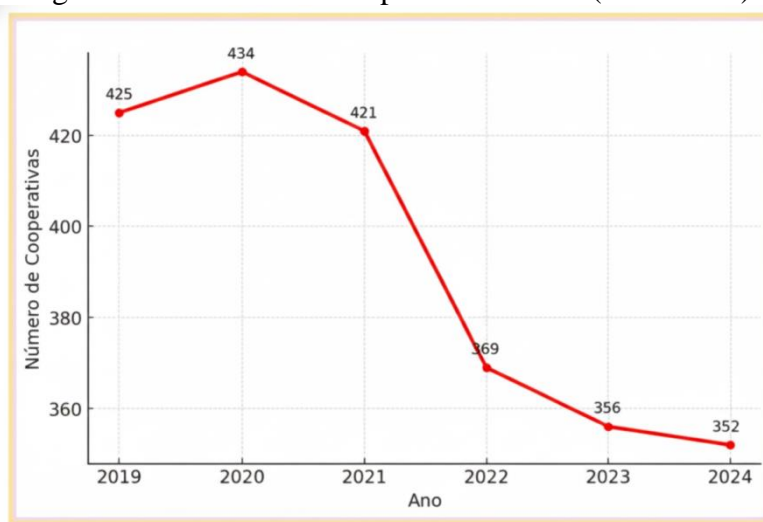
Em contraposição a essa percepção de crise sistêmica, a análise de especialistas aponta para a distinção fundamental entre falhas de gestão e a falha inerente ao modelo. Conforme destacado pelo professor Ariosto Sparemberger (2023), o cooperativismo não apenas se mantém viável, mas é visto como um modelo superior por sua capacidade de oferecer uma alternativa aos sistemas tradicionais de gestão (Santos, 2023). A viabilidade do modelo Cooperativista não está aqui em questão, mas buscar traçar e expor suas fragilidades é importante para que se possa trabalhar no fortalecimento deste. O Cooperativismo está consolidado e não se discute se é efetivo ou não, uma vez que isso fica evidente com todo o crescimento do modelo nos últimos tempos, garantindo qualidade de vida a cada vez mais pessoas.

Segundo dados do Sistema OCERGS/SESCOOP (2024) o salário mínimo dentro das Cooperativas Gaúchas é 26,7% maior do que em empresas do setor privado. Essa diferença salarial reflete não apenas uma política interna de valorização do capital humano, mas também a capacidade das cooperativas de gerar impactos sociais positivos, estimulando o desenvolvimento regional e a inclusão econômica. É incontestável o papel do cooperativismo gaúcho a nível nacional e inegável a contribuição histórica deste. Ainda assim, em tempos recentes é perceptível, se analisado mais profundamente, a fragilização do cooperativismo no estado.

O número de Cooperativas no estado do Rio Grande do Sul vem caindo nos últimos tempos. Em 2019, eram 425 cooperativas associadas ao Sistema OCERGS/SESCOOP. Já em 2024, 352 cooperativas há uma queda de 17,18%, como representado na figura 02. Um ponto bastante relevante é que essas quedas não são específicas, elas atingem todos os ramos do cooperativismo. Contudo, o maior número de cooperativas que pararam suas atividades entre 2019 e 2024 foram as agropecuárias: 35 cooperativas do ramo deixaram de atuar no estado.

No ramo de Trabalho, Produção de Bens e Serviços, foram 16 cooperativas desarticuladas nesse mesmo período, enquanto que os ramos de Saúde e Infraestrutura perderam 8 cooperativas cada no período em questão. O ramo de Crédito, tão importante e consolidado na região, também sofreu baixa: foram 4 cooperativas a menos no final do período estudado. Por fim, os ramos com menos cooperativas desarticuladas nesse período foram o de Consumo e o de Transporte que tiveram apenas 1 cooperativa, cada, a menos.

Figura 02 - Número de Cooperativas no RS (2019-2024)



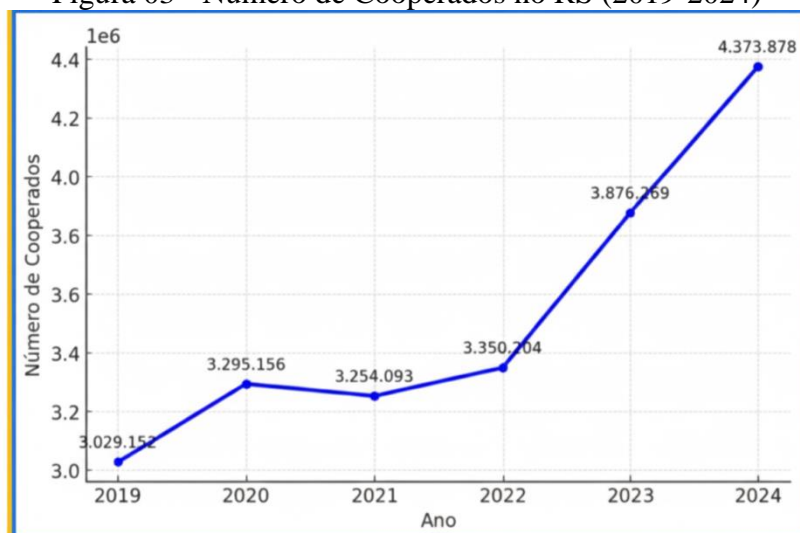
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apesar dessa clara queda no número de cooperativas, alguns outros dados acabam suavizando o problema e de certa forma mascarando as fragilidades superficialmente. Dados como número de cooperados às cooperativas gaúchas, número de empregos gerados e as sobras⁵ do cooperativismo sulriograndense, seguem em alta. O número de cooperados no RS em 2019, era

⁵ Em uma cooperativa, o termo sobras corresponde ao resultado econômico positivo obtido ao final de um exercício, após a cooperativa ter pago todas as suas despesas, custos operacionais, provisões legais e destinado parte dos recursos para fundos obrigatórios (como o Fundo de Reserva e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES).

3.029.152. Apesar de uma pequena queda em 2021, nos anos subsequentes, seguiu em ascensão constante, chegando em 2024 a 4.373.878 cooperados, conforme expresso na figura 03. O crescimento no número de cooperados dessa série histórica é gritante: em 5 anos o número de cooperados a cooperativas gaúchas cresceu 44,39%.

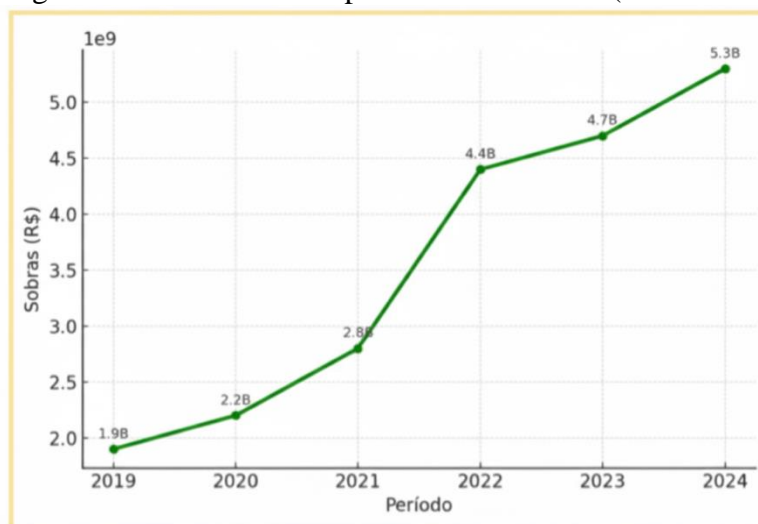
Figura 03 - Número de Cooperados no RS (2019-2024)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outro dado que corrobora com o cenário descrito anteriormente é o valor das sobras geradas pelas organizações cooperativas. No início dessa série histórica, o cooperativismo riograndense somava a suas sobras 1,9 bilhões de reais. Ao final da série histórica, no dado mais recente existente, as cooperativas gaúchas já somam 5,3 bilhões de reais em sobras (figura 04). Em cinco anos a realidade financeira dessas cooperativas mudou bastante, chegando próximo de triplicar o valor das sobras dos exercícios dessas organizações cooperativas.

Figura 04 - Sobras do Cooperativismo Gaúcho (2019-2024)

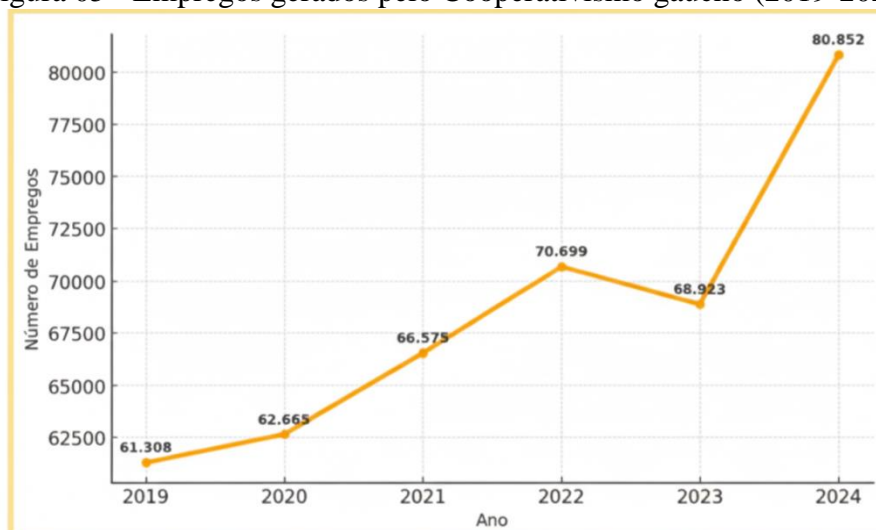


Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Cooperativismo surge para gerar trabalho e renda aos seus membros, e tem-se essa como uma das maiores virtudes do modelo até hoje. O número de empregos gerados por cooperativas é inegavelmente estrondoso. No Rio Grande do Sul esse fenômeno não é muito diferente: no ano de 2019 eram 425 cooperativas no estado e 61.308 empregos diretamente gerados, cerca de 145 empregos por cooperativa. Esse dado seguiu crescendo nos anos subsequentes, até chegar em 2023. Em 2022 as cooperativas do RS geraram 70.699 empregos.

No ano seguinte, em 2023, houve uma diminuição nesse número: ele caiu para 68.923 empregos gerados. Após essa queda em 2024 o número de empregos gerados volta a crescer e salta para 80.852 conforme figura 05. Levando em conta o número de cooperativas registradas, temos em média 229 empregos gerados por cooperativa no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 05 - Empregos gerados pelo Cooperativismo gaúcho (2019-2024)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apesar de o crescimento nos indicadores econômicos e de base social (cooperados, empregos gerados e sobras) sugerir um fortalecimento sistêmico, é imperativo examinar o fenômeno da concentração sob a perspectiva da identidade cooperativista. A redução no número de entidades levanta uma preocupação crítica: o risco de mercantilização e desvirtuamento ideológico das cooperativas. Na medida em que essas organizações ganham escala, a lógica primordial da maximização da lucratividade e da eficiência capitalista pode se sobrepôr aos princípios fundamentais do cooperativismo.

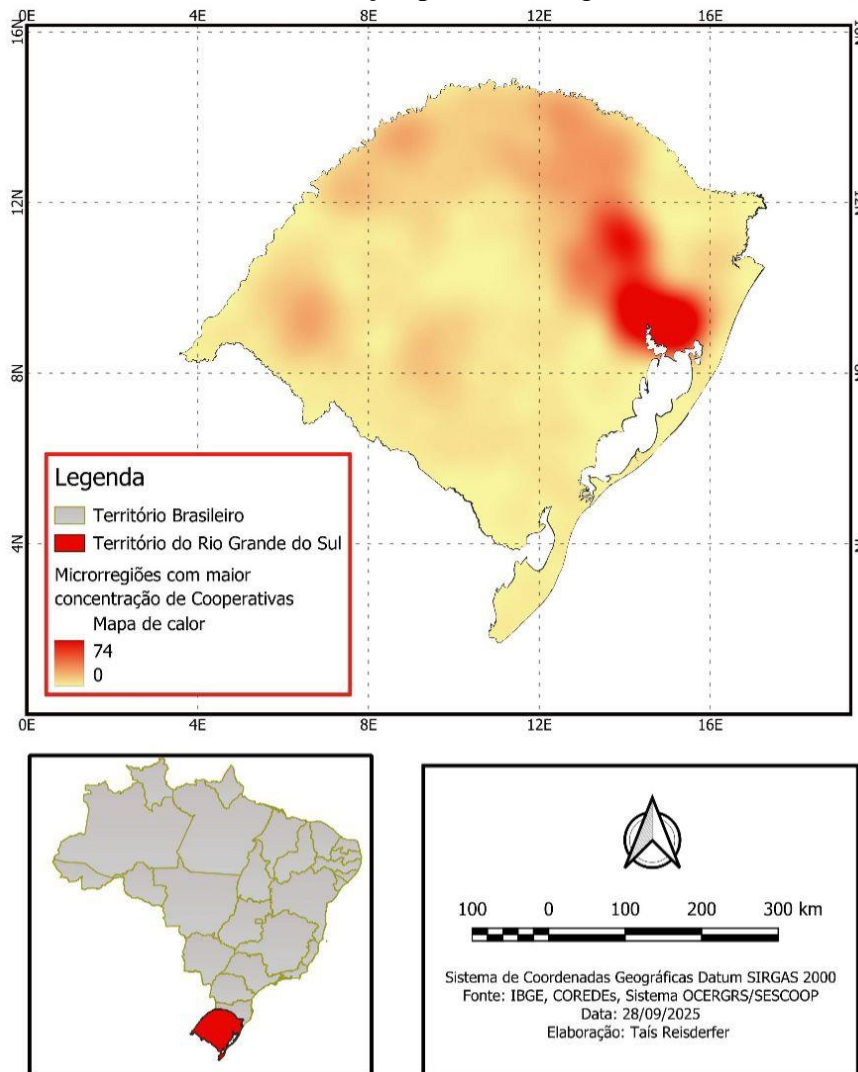
Neste cenário, o foco no sucesso econômico pode esvaziar a função social e comunitária da cooperativa. A dúvida crucial, portanto, é se a consolidação das cooperativas gaúchas reflete um amadurecimento ideológico ou apenas uma adaptação mercantil que coloca o capital acima do indivíduo, desafiando a premissa de que estas continuam a serem entidades verdadeiramente engajadas com o seu propósito social e com os princípios e valores do cooperativismo.

O Rio Grande do Sul é um estado marcado por grande diversidade territorial, econômica e cultural, o que se reflete também na forma como o cooperativismo se organiza e se distribui. Se, por um lado, os dados numéricos permitem visualizar a evolução do setor em termos de empregos gerados, cooperados e sobras ao longo dos últimos anos, por outro, eles não são suficientes para captar a dimensão espacial dessa realidade. Nesse sentido, buscou-se mapear a distribuição das cooperativas no território gaúcho, de modo a identificar em quais microrregiões sua presença é mais expressiva e onde ela se mostra mais limitada.

A partir desse mapeamento, foi possível construir um panorama que evidencia tanto a concentração do cooperativismo em determinadas áreas quanto a desarticulação de sua presença

em outras, permitindo aprofundar a análise das razões históricas, culturais e políticas que explicam essas diferenças. A distribuição da Força Cooperativa no estado gaúcho é marcada por uma disparidade, enquanto duas microrregiões possuem uma expressiva presença de cooperativas, o restante do estado tem regiões com pouca presença ou sem presença alguma, como fica evidente no mapa de calor da Figura 06.

Figura 06 - Distribuição da Força Cooperativa no Rio Grande do Sul: Mapeamento da concentração por microrregião



Fonte: Reisdorfer (2025).

A leitura do mapa de calor sobre a distribuição das cooperativas no Rio Grande do Sul permite observar que a presença dessas organizações não se distribui de forma homogênea no território estadual, mas sim concentrada em determinadas microrregiões. Entre elas, destacam-se a Serra Gaúcha e a região Metropolitana Delta do Jacuí, que, juntas, reúnem o maior número de

Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus Dom Pedrito/RS.
Deméter – Edição - v. 1, n. 1, 2026. | p. 229-248 DOI: <https://doi.org/10.64085/demter.v1i1.119050>



Atribuição-SemDerivações-SemDerivados CC BY-NC-ND: Permite o download dos seus trabalhos e o compartilhamento desde que atribua crédito, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

empreendimentos cooperativos no estado. Esse dado, por si só, já é revelador, mas torna-se ainda mais significativo quando articulado a aspectos históricos, culturais, econômicos e geográficos que podem ajudar a compreender as razões dessa concentração.

A Serra Gaúcha trata-se de uma região marcada por um relevo acidentado, com terrenos montanhosos e de difícil mecanização, além da predominância de pequenas propriedades rurais. Essas condições naturais impuseram limites à prática de uma agricultura extensiva, exigindo dos produtores estratégias coletivas para viabilizar a produção e a comercialização. Essa necessidade se somou à herança cultural da colonização europeia, especialmente de imigrantes italianos e alemães, cujas tradições valorizaram o trabalho comunitário, a solidariedade e a autogestão.

Nesse contexto, as cooperativas surgiram como resposta natural a desafios concretos de sobrevivência e desenvolvimento econômico, consolidando-se ao longo do tempo como estruturas sólidas e com forte base social. É nesse território que se concentram cooperativas ligadas à vitivinicultura, à produção de alimentos, ao crédito e a outros setores que se estruturaram sobre laços comunitários e redes de confiança mútua.

Já na região Metropolitana Delta do Jacuí, onde se localiza Porto Alegre, a presença de cooperativas está associada a outras dinâmicas. Aqui, o fator determinante não é apenas o território ou a agricultura, mas sim a densidade populacional, a diversidade econômica e, sobretudo, a articulação política. A proximidade com a capital do estado e com os principais centros de decisão favorece o acesso a políticas públicas, incentivos governamentais e redes institucionais.

Além disso, a região concentra sindicatos fortes, associações de trabalhadores e tradição de organização coletiva, que cria um ambiente propício ao florescimento de iniciativas cooperativas, não apenas rurais, mas urbanas ligadas ao crédito, à saúde, ao transporte e ao consumo.

Em contrapartida, o mapa também revela regiões onde a presença do cooperativismo é menos expressiva, como a Campanha e o Sul do estado. Nessas áreas, a lógica produtiva e histórica seguiu caminhos distintos. A Campanha, por exemplo, sempre esteve associada à pecuária extensiva e às grandes propriedades de terra, que, historicamente, reproduziram relações sociais baseadas na concentração fundiária e em modelos de exploração da mão de obra. O Sul do estado carrega a herança das charqueadas e de um desenvolvimento econômico atrelado a elites locais, o que dificultou a emergência de formas de organização mais horizontais e democráticas.

Essas diferenças regionais revelam que o cooperativismo no Rio Grande do Sul não pode ser entendido apenas como uma resposta técnica ou econômica, mas sim como uma prática profundamente enraizada em contextos históricos e socioculturais específicos. Nos lugares em que

a história da colonização privilegiou a pequena propriedade, a diversidade produtiva e o trabalho familiar, as cooperativas prosperaram como estratégias de resistência e desenvolvimento coletivo.

Já nos locais em que prevalecem grandes propriedades, concentração de terras e exploração de trabalhadores, o cooperativismo encontra maiores barreiras para se consolidar. Além disso, a presença ou ausência de organizações intermediárias bem articuladas e preocupadas com a demanda, como sindicatos rurais, federações, associações comunitárias e instituições público-privadas, também desempenha papel central na difusão ou na restrição do cooperativismo.

Assim, o mapa de calor não se limita a mostrar uma distribuição espacial de empreendimentos, mas aponta para desigualdades históricas, culturais e políticas que marcaram o desenvolvimento do estado. Ele revela que o cooperativismo, mais do que um modelo econômico, é uma construção social, dependente de fatores estruturais e da capacidade organizativa das comunidades. A Serra Gaúcha e a região Metropolitana Delta do Jacuí tornam-se, nesse sentido, não apenas polos quantitativos, mas também simbólicos, pois condensam experiências que ajudam a compreender como o cooperativismo gaúcho se fortalece em certos contextos e enfrenta limitações em outros.

De acordo com dados do Sistema Ocergs-Sescoop (2024), das 352 cooperativas atualmente associadas no Rio Grande do Sul, 238 já possuem mais de 20 anos de atuação, o que demonstra a longevidade e a solidez de parte significativa do movimento cooperativista gaúcho. Esse dado contrasta, entretanto, com outro indicador igualmente relevante: cerca de 70% das cooperativas no estado encerram suas atividades antes de completar 10 anos de existência. Essa comparação evidencia que as cooperativas que conseguem se consolidar ao longo do tempo tendem a permanecer estáveis e gerar resultados consistentes; porém, revela as fragilidades enfrentadas pelas iniciativas mais recentes, que muitas vezes não resistem aos desafios de gestão, de capitalização ou de organização social.

Mais do que números, esses indicadores permitem refletir sobre a essência do cooperativismo. Se, por um lado, está claro que o setor é capaz de gerar emprego, renda e desenvolvimento econômico, por outro, os casos de descontinuidade demonstram que o sucesso de uma cooperativa não pode se reduzir apenas ao aspecto econômico. A experiência gaúcha sugere que, quando a lógica do mercado se sobrepõe ao compromisso social e comunitário, a sustentabilidade da cooperativa é comprometida. O econômico é, sem dúvida, fundamental, pois garante a viabilidade da organização. No entanto, a permanência e a efetividade de uma

cooperativa dependem de colocar o social em primeiro plano, preservando sua identidade coletiva, sua função comunitária e seu papel transformador no território.

5 Considerações finais

Os resultados apresentados permitem compreender que o cooperativismo no Rio Grande do Sul se encontra diante de um grande paradoxo. De um lado, verifica-se a redução no número de organizações cooperativas ativas, o que poderia ser interpretado como um enfraquecimento do setor. Por outro lado, observa-se o crescimento consistente no número de cooperados, de empregos gerados e no volume das sobras ao longo dos últimos anos.

Ainda que os resultados da pesquisa demonstrem um crescimento nos indicadores econômicos e de base social, a redução do número de organizações cooperativas nos faz refletir que estamos diante não apenas de uma política ou economia neoliberal, mas sim, de uma sociedade neoliberal. Conforme afirmam Dardot e Laval (2016), nesse cenário, a exigência de competitividade está em todas as esferas e a competição é um princípio a ser seguido, demonstrando assim, uma mercantilização da sociedade que tem a racionalidade de mercado para toda a existência por meio da forma-empresa.

Esse movimento contraditório levanta um questionamento fundamental: estamos diante de cooperativas que efetivamente se fortalecem em estrutura e impacto social, ou de organizações que, ao se expandirem e concentrarem resultados, se aproximam de uma lógica mercantilizada, mais próxima do modelo empresarial tradicional do que dos princípios cooperativistas?

Outro aspecto que reforça esse paradoxo é a dimensão territorial. Embora o Rio Grande do Sul seja um estado marcado por diversidade cultural, econômica e geográfica, a concentração de cooperativas está fortemente restrita a apenas duas microrregiões: a Serra Gaúcha e a Metropolitana Delta do Jacuí. Nessas áreas, aproximadamente um terço de todas as cooperativas do estado se concentram, deixando o restante do território com presença muito mais reduzida. Essa desigualdade interna revela uma fragilidade significativa: o cooperativismo gaúcho, embora seja referência nacional e carregue a marca de pioneirismo histórico, mostra-se desarticulado em escala estadual. O que deveria se configurar como uma rede ampla e diversa ainda se encontra limitado a bolsões de maior organização política, social e cultural.

Essa realidade indica que o desafio do cooperativismo gaúcho não se restringe à manutenção de indicadores econômicos positivos, mas passa pela necessidade de ampliar sua

presença territorial e social. A expansão para outras regiões não é simples: exige enfrentar culturas locais marcadas por lógicas históricas de exploração, concentração fundiária e pouca tradição associativa. Trata-se de um processo que implica desmontar estruturas enraizadas e reconstruir alternativas, tarefa que demanda tempo, esforço coletivo e políticas consistentes de fomento.

Nesse sentido, a construção de um cooperativismo mais equilibrado territorialmente e mais fiel a seus princípios exige articulação permanente com processos educativos. Somente por meio da formação de indivíduos, em uma perspectiva crítica e emancipadora, será possível consolidar valores de cooperação, solidariedade e autogestão que sustentem novas experiências. A educação cooperativa, ao promover sujeitos conscientes e articulados com suas realidades locais, pode se constituir como caminho estratégico para romper com padrões de exclusão e desigualdade e, ainda, assegurar a vitalidade e a legitimidade do movimento cooperativista no Rio Grande do Sul.

Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. 6. ed. São Paulo: Edições 70.
- Calgaro, C. C. (2016). O cooperativismo na perspectiva da sustentabilidade e da responsabilidade social. *Revista Brasileira de Direito Agrário*, v. 10, n. 1, p. 49-68.
- Cenzi, I. (2012). *Cooperativismo e a Legislação Tributária*. Curitiba: Juruá.
- Claro, V. S. (2014). A importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e social do município de Sananduva-RS. 2014. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso. *Universidade Federal da Fronteira Sul*, Cerro Largo.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a cidade neoliberal*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Frantz, W. (2001). Educação e cooperação: práticas que se relacionam. Porto Alegre: *Sociologias*, ano 3, n. 6, p. 242 – 264.
- Foschiera, A. Antônio e Nunes, J. B. (2017) Cooperativismo: o processo histórico do cooperativismo e a visão do estado brasileiro. Tocantins: *Revista Humanidades e Inovação*, v. 4, n. 5, p. 227- 237.
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS). *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. 8º ed. 2024
- Hendges, A. F.; Schneider, M. A. (2006). Cooperativismo – história, fundamentos e economia. Ijuí: *Unijuí*, p. 114-136.
- Lopes, M. C. R.; Weyh, C. B. (2021) Aspectos Históricos do Cooperativismo no Rio Grande do Sul. *Revista do Cooperativismo e da Sustentabilidade – RCS*, v. 7, n. 2, p. 61-79.



- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. de S. (2001) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec.
- Neto, S. B. (2011) *Cooperativismo: Uma Perspectiva Histórica e Econômica*. São Paulo: Atlas.
- Neto, F. Q. V. (2011) *Cooperativismo: Nova Abordagem Sócio-Jurídica*. 1º ed. 6º reimpressão. Curitiba: Juruá Editora.
- Nunes, D. E. K.; Foschiera, I. L. (2017). As cooperativas: uma breve análise no cenário econômico e social. *Revista Contexto & Saúde*, v. 17, n. 34, p. 229 - 247.
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. (2020). *Descomplicando o coop: quais são os ramos do cooperativismo no Brasil?* Brasília: OCB.
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. (2022). *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022*. Brasília, DF: OCB.
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. (2023). *O cooperativismo em números*. Brasília, DF: OCB.
- Pinho, D. B. (1966). *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, p. 1 -161.
- Reisderfer, T.; Menezes, G.; Becker, C. (2024) *Educação Cooperativa: Fundamentos e Impactos no Desenvolvimento das Cooperativas*. In: *XXVI ENPÓS – Encontro de Pós-graduação. Pelotas: UFPEL - Universidade Federal de Pelotas. Anais*
- Santos, J.V. (2023). *Crise em Cooperativas Gaúchas revela risco de avanço do capitalismo sobre um modelo de economia partilhada. Entrevista especial com Ariosto Sparenberger. UNISINOS: São Leopoldo.*
- Singer, P. (2001) *Economia solidária versus economia capitalista*. Brasília: Sociedade e Estado.
- Sistema OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (2024). *Expressão do Cooperativismo Gaúcho*. Edição 2024.
- Yin, R. K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.